13:24 55%



# política

## PAINEL | Fábio Zanini

painel@grupofolha.com.br

### Salve, Salvador

Os organizadores do ato de esquerda marcado para 23 de março em defesa da democracia darão protagonismo especial a Salvador (BA), maior até do que o previsto para São Paulo. "Queremos mostrar a simbologia do Nordeste como campo de resistência", diz a secretária de Movimentos Populares do PT, Vera Lúcia Barbosa. A presença de Lula, ministros, governadores e parlamentares de partidos de esquerda é aguardada, embora o presidente ainda não tenha confirmado participação.

**CEP** Já em SP, onde Jair Bolsonaro (PL) fez seu ato na Paulista há dez dias, a ordem é procurar outro local, até para não suscitar comparações. Alternativas são o Largo da Batata, a praça da República ou Largo de São Francisco, onde foi lida uma carta em defesa da democracia em agosto de 2022.

**PENSANDO...** Relator de ações que tratam de indicações ao Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, Flávio Dino (STF) contestou as mesmas regras que elegeram um aliado seu para o órgão em 2021. Na segunda (4), ele suspendeu o processo de escolha de um conselheiro argumentando que o voto aberto dos deputados contraria o modelo de escolha para o Tribunal de Contas da União, que é secreto.

**...BEM** O voto aberto elegeu para a corte há três anos Marcelo Tavares, chefe da Casa Civil de Dino quando o hoje ministro governava o Maranhão.

**FILHO PRÓDIGO** Primeiro político condenado pela Lava Jato, o ex-deputado federal petista André Vargas retornou ao partido no início de 2023 e busca reconstruir a carreira política. Ele faz trabalho de base para o PT no norte do Paraná e, para sobreviver, produz pitaias em um sítio em Ibiporã. O ex-deputado diz que não tem pretensões eleitorais por enquanto. "Não disputo em 2024, estou reorganizando a minha vida, enfrentando as questões jurídicas e pessoais", diz.

**LIGAÇÕES PERIGOSAS** Vargas, que chegou a ser vice-presidente da Câmara, entrou na mira da Lava Jato por sua relação com o doleiro Alberto Youssef, pivô da operação. Ele ficou na prisão entre 2015 e 2018. A sentença foi anulada pelo STF, que declarou a 13ª Vara de Curitiba incompetente para o julgamento dos casos.

**INDOLOR** O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), disse na noite de segunda (4) que a reforma administrativa não mexe no que o governo mais defende, os direitos adquiridos dos servidores, e que as mudanças melhoram o ambiente no longo prazo. "As consequências para os funcionários de hoje são nulas", afirmou durante jantar realizado pelo grupo Esfera em SP, que contou com a presença do governador Tarcísio de Freitas (Republicanos) e de empresários.

**SUBIU O TOM** A pré-candidata à Prefeitura de SP Tabata Amaral (PSB) acusou a campanha de Guilherme Boulos (PSOL) de distorcer uma pesquisa da Real Time Big Data para prejudicá-la. O motivo do incômodo foi o fato de o psolista ter divulgado um cenário do levantamento em que ela não aparece. "O que é isso? É estatística criativa? É erro? Alguém não tinha noção do que estava fazendo? Ou é safadeza mesmo?", afirmou.

**INIMIGOS ÍNTIMOS** A acusação gerou resposta de Juliano Medeiros, ex-presidente do PSOL e membro da campanha de Boulos. "Não era ela que prometia uma campanha de alto nível?", escreveu no X. A troca de caneladas mostra que um pacto de não agressão entre os dois esquerdistas não deve ter vez na campanha.

**CALA A BOCA JÁ MORREU** A Justiça do Ceará negou pedido de indenização de Pauline Moura, sogra do senador Cid Gomes (PSB-CE), por causa de uma nota publicada em 2010 na revista Veja na qual ela teria dito que o genro comprou apartamento em Nova York, que não teria sido declarado à Justiça Eleitoral. Na decisão, a juíza Danielle Albuquerque diz que "não restou configurado o abuso no exercício do direito à liberdade de expressão".

**VITAMINAH** O PCO estima crescer em 66% o número de filiados até o final do prazo previsto pela lei para disputa da eleição deste ano, 6 de abril. O aumento viria sobretudo na esteira dos posicionamentos contra Israel e em favor do Hamas. A base inicial é modesta, de 6 000 filiados, e a previsão é chegar aos 10 mil no próximo mês. O partido de esquerda tem recebido destaque desproporcional ao seu tamanho ao organizar manifestações em defesa do grupo terrorista palestino.

**VISITA À FOLHA 1** João Augusto Mattar Neto, presidente da ABED (Associação Brasileira de Educação a Distância), esteve no jornal nesta terça-feira (5). Acompanhava-o Antonio Alves, gerente da Golin Comunicação.

**VISITA À FOLHA 2** Manoela Miklos, diretora-executiva, David Diesendruck, diretor, e Anita Efraim, diretora de comunicação do IBI (Instituto Brasil-Israel), estiveram no jornal nesta terça-feira (5).

Com Danielle Brant e Catarina Scortecci

GRUPO FOLHA
FOLHA DE S.PAULO ★★★
UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL

**Redação São Paulo**
Al. Barão de Limeira, 425 | Campos Elíseos | 01202-900 | (11) 3224-3222
**Ombudsman** ombudsman@grupofolha.com.br | 0800-015-9000
**Atendimento ao assinante** (11) 3224-3090 | 0800-775-8080
**Assine a Folha** assine.folha.com.br | 0800-015-8000

| EDIÇÃO DIGITAL | Digital ilimitado | Digital Premium |
|---|---|---|
| PLANO MENSAL | R$ 29,90 | R$ 44,90 |

| EDIÇÃO IMPRESSA | Venda avulsa seg. a sáb. | dom. | Assinatura semestral* Todos os dias |
|---|---|---|---|
| MG, PR, RJ, SP | R$ 6,90 | R$ 9,90 | R$ 1.085,90 |
| DF, SC | R$ 8 | R$ 11 | R$ 1.374,90 |
| ES, GO, MT, MS, RS | R$ 8,50 | R$ 12 | R$ 1.729,90 |
| AL, BA, PE, SE, TO | R$ 13 | R$ 15,50 | R$ 1.868,90 |
| Outros estados | R$ 13,50 | R$ 16,50 | R$ 2.315,90 |

*À vista com entrega domiciliar diária. Carga tributária 3,65%

**CIRCULAÇÃO DIÁRIA (IVC)**
795.566 exemplares (janeiro de 2024)

# Prejuízo bilionário gera temor com volta de obras da Petrobras pós-Lava Jato

De acordo com TCU, estatal perdeu cerca de R$ 24 bilhões por atuação do cartel de empreiteiras investigado pela operação

LAVA JATO, 10 ANOS

Nicolas Pamplona

RIO DE JANEIRO Em 2020, quando concluiu estudo sobre as perdas da Petrobras com o cartel de empreiteiras investigado pela Operação Lava Jato, o TCU (Tribunal de Contas da União) estimou em R$ 18,6 bilhões o prejuízo imposto à companhia com contratos superfaturados.

Atualizado pelo IPCA, o valor chega hoje a R$ 23,8 bilhões. As perdas, disse o acórdão que aprovou o estudo, foram provocadas por licitações direcionadas, aditivos superfaturados, planejamento falho e a contratação de serviços desnecessários.

A Petrobras já anunciou o interesse em retomar duas das obras mais simbólicas deste período, a Refinaria Abreu e Lima e o Comperj (Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro), o que gera temores de repetição dos problemas, principalmente diante de recuos no arcabouço de governança criado após a operação.

"Infelizmente tem havido um afrouxamento em relação aos rigores que foram instituídos nas contratações da Petrobras", diz o presidente do Instituto Não Aceito Corrupção e procurador do Ministério Público de São Paulo, Roberto Livianu.

"Estamos vendo um refluxo, um recuo em relação a isso. Já está se falando em mudar a Lei das Estatais, em eliminação das quarentenas [para indicação de dirigentes partidários ou sindicais]", continua ele, referindo-se a liminar do STF que alterou dispositivos da lei.

Com base apenas na liminar, sem aguardar decisão colegiada, a Petrobras já alterou seu estatuto, reduzindo as restrições à nomeação de dirigentes partidários e sindicais para a sua administração. A mudança derrubou as ações da empresa e é questionada pela área técnica do TCU.

O auditor do tribunal Leonardo Henrique Lima de Pilla vê risco de que as decisões tomadas com inobservância das regras internas da companhia e da legislação venham a ser questionadas administrativa ou judicialmente, implicando em riscos de condenações no Brasil e no exterior.

O cenário, prossegue, traz risco potencial de prejuízos significativos "não só à própria Petrobras, mas também à União, sua acionista controladora". As ações da estatal derreteram após o anúncio da medida, embora tenham se recuperado nos meses seguintes.

Além da mudança, a Petrobras relaxou, desde o último ano do governo Jair Bolsonaro (PL), restrições à nomeação de membros da administração federal ao conselho de administração, diante de riscos de conflito de interesse.

O atropelo às regras de governança foi mantido por Lula: atualmente, o conselho tem duas pessoas com cargos no MME (Ministério de Minas e Energia) e um ex-dirigente sindical. O governo já anunciou que quer renovar os três mandatos na próxima assembleia de acionistas, em abril.

Em colaborações premiadas, ex-diretores da Petrobras admitiram receber propinas em troca de vantagens às empreiteiras contratadas, em esquema que beneficiava não só os executivos e as empresas, mas também agentes políticos e campanhas eleitorais.

No documento em que recalculou os prejuízos à Petrobras em 2022, o TCU frisou que "as empresas integrantes do denominado 'clube' [de empreiteiras] se reuniam periodicamente e nessas ocasiões indicavam quais seriam seus empreendimentos de maior interesse".

"Dessa forma, por meio de propostas de cobertura apresentadas pelas demais envolvidas, as empresas conseguiam firmar contratos por valores superiores aos que seriam obtidos em ambiente de efetiva concorrência e, na maioria das vezes, superfaturados."

Houve irregularidades em obras de diversos segmentos de atuação da companhia, mas dois projetos ficaram conhecidos como ícones do esquema de corrupção: o Comperj e a Refinaria Abreu e Lima, justamente os dois que a Petrobras decidiu retomar.

Ambos deveriam ser concluídos em 2011. A refinaria iniciou operações em 2014, mas com apenas uma das duas fases previstas inicialmente. O Comperj, rebatizado de Polo Gas Lub no governo Bolsonaro, ainda não tem operações.

Em 2022, ainda no governo Bolsonaro, a Petrobras decidiu concluir a refinaria Abreu e Lima. Em 2023, já após a posse do presidente Lula (PT), começou a estudar a conclusão da refinaria do Comperj, onde há hoje uma unidade de tratamento de gás do pré-sal ainda inoperante.

A estatal diz que as obras foram paralisadas em 2015 já em estágio avançado, com a maior parte do investimento já realizado. Os aportes restantes, argumenta, são justificados e podem reduzir a dependência brasileira de óleo diesel.

A retomada das obras da refinaria em PE já foi celebrada numa cerimônia em janeiro, na qual Lula reforçou suas críticas à Operação Lava Jato, tratada como uma armação contra a Petrobras e contra a busca por petróleo no Brasil.

A estatal anunciou que investirá até R$ 8 bilhões para concluir a refinaria, que já consumiu cerca de R$ 90 bilhões e se tornou tema de um caderno especial do TCU sobre "como uma ideia virtuosa e promissora pode se transformar num malogro comercial bilionário".

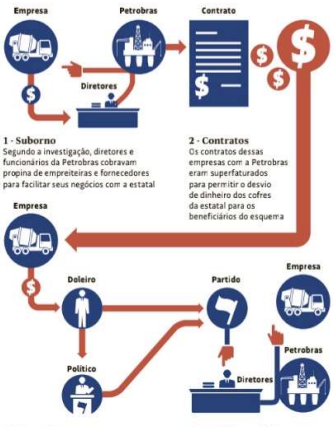
Nele, o ministro Benjamin Zymler escreveu que o projeto subverteu um sistema de governança sofisticado "ao ponto de enredar toda a alta administração de uma empresa de renome —mesmo que involuntariamente— num ousado esquema de corrupção e desvio de recursos".

Para o Comperj, a Petrobras prevê a implantação de unidades para produção de combustíveis, além de estudos para uma usina térmica na área do complexo, que fica em Itaboraí (RJ). A ideia é contratar as obras ainda no primeiro semestre.

"A implantação da planta de lubrificantes e combustíveis do Polo Gasluh integra a estratégia da companhia para expansão e adequação de um parque de refino mais moderno, com produtos de maior valor agregado e qualidade para atendimento ao mercado", afirmou, em nota, a estatal.

A empresa não atendeu a pedido de entrevista com a área de governança para falar sobre como evitar irregularidades na retomada.

**Como funcionava o esquema na Petrobras que foi alvo na Lava Jato, segundo as investigações**




**SÉRIE ABORDA OS 10 ANOS DA LAVA JATO**

**A Folha publica uma série de reportagens que revisita os efeitos e desdobramentos da Operação Lava Jato. A primeira fase da investigação foi deflagrada pela Polícia Federal no dia 17 de março de 2014, mirando uma rede de doleiros ligada ao operador financeiro Alberto Youssef. A partir de então, a operação avançou para um esquema de desvios na Petrobras e atingiu fortemente o meio político, influenciando o impeachment de Dilma Rousseff, em 2016, e a eleição de Jair Bolsonaro, em 2018. Posteriormente, acumulou derrotas após uma série de questionamentos aos procedimentos adotados, e casos estão pendentes no Judiciário até hoje.**